

(x) Graduação () Pós-Graduação

**LUTAS E RESISTÊNCIAS NA MARCHA DAS MARGARIDAS –Tendências
Investigativas**

Thais Maiara Teixeira Jota
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
maiarajota@gmail.com

Telma Romilda Duarte Vaz
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
telma.vaz@ufms.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o movimento Marcha das Margaridas a partir da análise de tendências investigativas dos últimos 13 anos. A pesquisa foi realizada por meio de um levantamento na biblioteca digital de teses e dissertações BDTD e SciElo, delimitando o período de 2008 a 2021. A Marcha das Margaridas é uma homenagem à Margarida Maria Alves, reflexo de sua luta contra a exploração dos latifundiários para com a população do campo, e engloba especialmente as mulheres do campo, das águas e das florestas. Os resultados do estudo indicam a relevância de pesquisas sobre A Marcha das Margaridas, destacada pela mobilização política, protagonismo feminino de mulheres trabalhadoras rurais, colocando em pauta suas lutas históricas, importância e contribuição para a eliminação de violências e construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Marcha das Margaridas; Mulheres do Campo; Mulheres das Águas; Mulheres das Florestas; Trabalhadoras Rurais.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2021, período de desenvolvimento deste trabalho, completa-se trinta e oito anos do assassinato da sindicalista rural Margarida Maria Alves. Moradora, trabalhadora e líder sindical na cidade de Alagoa Grande no estado de Paraíba, Margarida entrou para a história como símbolo de luta e resistência. Em sua homenagem foi fundado o movimento popular que leva seu nome, a Marcha das Margaridas.

Historicamente as mulheres e suas lutas têm sido invisibilizadas em um mundo estruturado pelo patriarcado. Quando se trata das mulheres das águas¹ – expostas a riscos diversos, como a contaminação, intoxicação, movimentos repetitivos, grande exposição ao sol (calor, luminosidade), umidade, salinidade, intempéries, afogamentos, riscos de cortes e outros – das Mulheres das florestas² – convivem com altos casos de malária, doença de Chagas e leishmaniose devido ao trabalho do extrativismo, comum nessas regiões, cuja base é a coleta de produtos de fontes naturais, que vai acarretar vários problemas na saúde – e das mulheres do campo³ – camponesas, trabalhadoras rurais assentadas ou acampadas, assalariadas e/ou temporárias que moram ou não no campo, mas que trabalham na agricultura familiar, orgânica ou com a agricultura convencional – das trabalhadoras rurais, abre-se um abismo ainda maior no silenciamento e nas diversas formas de exploração – o que se evidencia é a necessidade de se pensar maiores debates e estudos que coloquem em pauta questões sobre essas realidades tão diversas (BRASIL, 2015).

Segundo Boni (2012, p.74) “quando ainda a agricultura era a principal atividade responsável pela alimentação, as mulheres eram vistas como importantes”, o que difere da realidade hoje. Como podem as mulheres ocupar com tamanha dificuldade um espaço que historicamente foi seu lugar de direito? As águas, a terra, o campo, o espaço rural que nos primórdios da sociedade foram os primeiros contatos da humanidade com sua subsistência hoje é marcado como território masculino. Até onde houve um processo de ruptura social que afastou a mulher de seu espaço nesse processo? Qual a forma encontrada pelas mulheres das águas, da floresta e do campo para resistirem as diversas formas de opressão no espaço rural? São questões importantes, que precisam ser pensadas e discutidas com maior ênfase no meio

¹ **As mulheres das águas** utilizam matérias-primas para fazer apetrechos para a pesca, gerando assim a reprodução do pescado e do modo de vida da comunidade pesqueira. Elas buscam manter a conservação dos manguezais, arrecifes, igapós, lagoas, lagos, igarapés, entre outros (BRASIL, 2015).

² **As mulheres das florestas** habitam comunidades tradicionais, como as ribeirinhas e as quilombolas, ou usam reservas extrativistas em áreas florestais ou aquáticas e, ainda, fazem parte de populações atingidas por barragens (BRASIL, 2015).

³ **As mulheres do campo** caracterizam-se por terem seus modos de vida, de produção e reprodução social relacionados predominantemente com a terra (BRASIL, 2015).

acadêmico e social. As relações desenvolvidas no meio social e de trabalho entre homens e mulheres são díspares, enquanto o trabalho masculino concede aos homens status e importância, o trabalho feminino é subjugado e mal remunerado em diversas áreas profissionais. Quanto mais vulneráveis as trabalhadoras, mais distantes e remotos suas moradias, seus lugares de trabalho e subsistência, mais exploradas e subjugadas são pelo machismo estrutural e estruturante que atravessa os ideais que nutrem a sociedade patriarcal.

Se nas grandes metrópoles as lutas são travadas em prol da igualdade e direitos femininos, no campo, nas águas e nas florestas essa luta é ainda mais árdua e a Marcha das Margaridas é um exemplo vivo e relevante que escancara a dura realidade a que estão submetidas essas mulheres, tratadas neste estudo como trabalhadoras rurais, considerando que a Marcha das Margaridas é um coletivo de mulheres trabalhadoras rurais que levanta pautas importantes para o desenvolvimento das trabalhadoras enquanto sujeitos sociais, de direitos e necessidades concretas.

A forma como o movimento cresceu nesses vinte anos de existência reflete sua importância, um movimento político que foi incorporando pautas atreladas às situações cotidianas das mulheres trabalhadoras rurais, das mais visíveis e alarmantes até aquelas que, invisibilizadas e precárias, não são tratadas com a importância necessária pelo poder público. A Marcha tem sido, portanto, instrumento de reivindicações, de resistências e conquistas, de fundamental importância para as trabalhadoras rurais.

Considerando a relevância da temática em questão, o objetivo geral deste estudo é refletir sobre o movimento Marcha das Margaridas a partir da análise das tendências investigativas dos últimos 13 anos. Para esse fim, os procedimentos metodológicos adotados consistiu em um levantamento do tipo “estado do conhecimento⁴” na Biblioteca Brasileira de dissertações e teses – BDTD e – *Scientific Electronic Library Online* – SciELO. A busca foi delimitada considerando o período de publicação compreendido entre 2008 e 2021, a partir dos seguintes descritores: marcha das margaridas, mulheres do campo, reforma agrária, gênero e feminismo, violência, resistência e marcha de mulheres, a fim de conhecer e analisar as tendências investigativas produzidas nesse período.

A produção de conhecimento identificada aponta para a importância do movimento Marcha das Margaridas evidenciando que a luta ainda não acabou, é necessária e persistente, atravessada pelo descaso e a ausência de políticas efetivas para o apoio e proteção da população de mulheres que habitam, trabalham e protegem as águas, a floresta e o campo.

⁴ **Estado de Conhecimento** – técnica que possibilita o levantamento e uma visão ampla e atual dos movimentos da pesquisa ligados ao objeto da investigação [...]. (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 158).

2 APONTAMENTOS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS – A MARCHA DAS MARGARIDAS

A Marcha das Margaridas surgiu como forma de dar voz e visibilidade para as mulheres trabalhadoras do campo, das águas e das florestas. A ação foi um marco para os movimentos de mulheres, pois conseguiram mobilizar trabalhadoras com demandas necessárias e urgentes que viram na marcha uma possibilidade de mudança, de serem ouvidas e vistas pela sociedade, fazendo um apelo ao governo por políticas públicas que contemplem as mulheres trabalhadoras rurais.

A marcha faz sua homenagem à Margarida Maria Alves, em referência às lutas de uma mulher icônica, que deixou um legado de resistências em defesa das trabalhadoras rurais de sua cidade, Alagoa Grande, interior da Paraíba, lugar onde nasceu – em 05 de agosto de 1933 – e onde deixa uma marca de luta e resistência, especialmente durante a década de 1980, legado que acabou se estendendo a todas as mulheres brasileiras. Trabalhadora do campo desde sua adolescência, aos 40 anos Margarida tornou-se líder do sindicato dos trabalhadores rurais da cidade, da qual sempre se fez atuante.

A principal atividade econômica de Alagoa Grande durante a década de 1980, eram as usinas de cana de açúcar, produção histórica da região que remonta a exploração colonial. As usinas pertenciam a uma família que fazia parte da grande oligarquia do estado paraibano. A pauta principal da luta do sindicato naquele momento, segundo Rodrigues (2018), era a manutenção de direitos dos trabalhadores rurais que enfrentam a exploração vinda das jornadas de trabalho excessivas e sem remuneração adequada, sem condições dignas de trabalho, assim como a falta de férias e 13º salário. Na medida em que apresentava demandas e reivindicações Margarida incomodava mais e mais os usineiros da região que viam seus trabalhadores e trabalhadoras como mão de obra barata, fácil e descartável. Trabalhadores e trabalhadoras que começavam a tomar consciência de seus direitos trabalhistas. De fato, foi com o auxílio do sindicato e de Margarida como líder, que moradores e moradoras que precisavam trabalhar na usina começaram a compreender suas realidades e direitos, e, por fim, a reivindicar salários mais dignos, de acordo com suas funções e jornada de trabalho.

É importante salientar que neste contexto não era comum as mulheres se filiarem aos sindicatos e muito menos chegarem à presidência, pois mesmo estando na luta ainda perdurava o preconceito patriarcal impregnado na sociedade que ainda insiste em reproduzir a ideia que as mulheres não são dadas para “questões masculinas” (SILVA, 2016, p. 10).

À frente da luta das trabalhadoras e trabalhadores, Margarida desafiava o patriarcado. Sua luta lhe custaria a vida. Segundo a pesquisa de Rodrigues (2014), em 12 de agosto de 1983,

Margarida é assassinada covardemente em frente à sua casa com um tiro de espingarda, desferido por um assassino de aluguel. Mas a morte não é o fim e não pode calar Margarida, que transforma-se em símbolo de resistência e Margarida renasce na homenagem que leva seu nome ao movimento de mulheres que marcham para que suas histórias sejam contadas e suas vidas transformadas. Hoje a mulher assassinada vive em todas as Margaridas que reivindicam melhores condições de vida no trabalho, no campo, nas florestas, nas águas, que clamam pelo fim das violências sofridas.

É importante destacar que o movimento dessas mulheres se dá a partir da tomada de consciência, aquisição do conhecimento e compreensão da realidade sobre a forma como estão inseridas no mundo, de modo que é esse despertar político que vai ajudá-las a estabelecer suas reivindicações e travar suas lutas para a superação das dificuldades históricas.

Qual o objetivo de marchar se não para ver livres as que andam lado a lado? É o que questiona Boni (2010), quando discute a relação e diferenças entre marcha de mulheres e movimentos feministas, pautando a missão emancipatória, extremamente relevante para a construção do movimento, de forma que a luta contra as diversas formas de violências prossiga e se propague, especialmente em relação às trabalhadoras das águas, do campo, ribeirinhas, das florestas, mulheres índias, quilombolas e outras mulheres que atuam em lugares mais remotos, espaços sociais de relações mais complexas e esquecidos pelo poder público.

Em 12 de agosto de 2000, ocorre a primeira marcha das Margaridas, ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), cujo teor tem um forte tom de denúncia contra o modelo econômico e social do então governo, pautado em políticas neoliberais. A partir daí, as marchas seguintes, que vão ocorrer a cada 4 anos. Entre 2003 e 2007, durante o governo Luiz Inácio da Silva (2003-2010), mantém as reivindicações e suas ações, também com grandes repercussões. Importante dar destaque para a 6ª edição marcha das Margaridas, ocorrida em 2019, reuniu em Brasília mais de 100 mil mulheres em caravanas de todos os Estados do Brasil e mulheres representantes de 25 países, um marco que se configura como a maior mobilização política de mulheres rurais do mundo.

A pauta como não poderia deixar de ser, é de resistência aos retrocessos sociais, em defesa do fim do racismo, fim da violência contra as mulheres e em prol dos direitos humanos e do meio ambiente, saúde, educação públicas, preservação da Previdência social, entre outros. Em 2020 em razão da pandemia a Marcha aconteceu de forma online e comemorou 20 anos de resistência das mulheres das águas, campo e florestas, mulheres trabalhadoras rurais que continuam ainda hoje na luta que é árdua e não dá tréguas. O quadro 1 apresenta a evolução das

conquistas alcançadas pela Marcha das Margaridas no período entre os anos de 2011 e 2019, período esse que engloba o governo da presidente Dilma Rousseff (2011-2016).

Quadro 1 - Conquistas das mulheres do campo através da Marcha das Margaridas por Setor

Setor	Conquista
1- trabalho e previdência social	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção da aposentadoria das mulheres aos 55 anos. - Representação na Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades do Ministério do Trabalho. - Declaração de Aptidão ao Pronaf em nome do casal. - Criação do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural – PNDMTR
2- Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação do Projeto de Formação de Multiplicadoras(es) em Gênero, Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos em convênio com o Ministério da Saúde. - Reestruturação do Grupo Terra, responsável pela construção da política de saúde para a população do campo.
3- Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Criação da Coordenadoria de Educação do Campo no MEC. - Fortalecimento do PNDTR com ações educativas e unidades móveis em alguns estados - Formação do Grupo de Trabalho (GT) sobre Gênero e Crédito e a Criação do Pronaf Mulher. - Ações de Capacitação sobre Pronaf - Ciranda do Pronaf e Capacitação em Políticas Públicas
4- Enfrentamento a violência	<ul style="list-style-type: none"> - Campanha Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. - Criação e funcionamento do Fórum Nacional de Elaboração de Políticas para o Enfrentamento à - Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. - Elaboração e inserção de diretrizes na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres voltadas para o atendimento das mulheres rurais. - Inclusão da abordagem de gênero na Política Nacional de Ater e da ATER para Mulheres
5-Reforma Agrária	<ul style="list-style-type: none"> Titulação Conjunta Obrigatória - Edição da Portaria 981 de 02 de outubro de 2003 - Documentação, acesso à terra, apoio às mulheres assentadas e políticas de apoio a produção na agricultura familiar - Revisão dos critérios de seleção de famílias cadastradas para facilitar o acesso das mulheres a terra - Edição da IN 38 de 13 de março de 2007 - normas para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária, dentre elas a prioridade às mulheres chefes de família. - Criação do crédito instalação para mulheres assentadas
6-Desenvolvimento econômico e social feminino	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio ao protagonismo das mulheres trabalhadoras nos territórios rurais. - Criação do Programa de Apoio a Organização Produtiva das Mulheres. - Apoio para a realização de Feiras para comercialização dos produtos dos grupos de mulheres.

Fonte: adaptado de Contag (2021)

Esses dados são extremamente relevantes, pois mostram como o trabalho da Marcha das Margaridas impacta positivamente em diferentes setores de conquistas de direitos exercidas por meio da adesão das mulheres trabalhadoras rurais, mostrando o quão necessário é a união dessas mulheres para a construção de um futuro mais digno para todas. O espaço rural ainda é um território que necessita de ações voltadas à segurança da mulher, e a resistência nesse espaço é cada vez mais necessária.

3 AS TENDÊNCIAS INVESTIGATIVAS SOBRE A MARCHA DAS MARGARIDAS

A partir de uma investigação do tipo tendências investigativas, construímos um percurso para melhor entender o objeto de pesquisa deste trabalho. Para isso, fizemos um levantamento com foco dirigido para trabalhos acadêmicos do tipo teses, dissertações e artigos publicados em bibliotecas científicas online, especificamente, a SciElo (Biblioteca Eletrônica Científica online) e BDTD (biblioteca brasileira de teses e dissertações), acerca da trajetória da Marcha das Margaridas entre os anos de 2008 a 2021. Consideramos o ano de 2008 como ponto de partida da pesquisa por apresentar trabalhos relevantes datados a partir deste período, identificados em pesquisa prévia. A finalidade foi analisar a influência da Marcha das Margaridas a partir dos estudos dos últimos 13 anos sobre o movimento. Apresentamos na tabela 1 os descritores utilizados para a pesquisa nas bibliotecas SciElo e BDTD.

Tabela 1 - Teses e dissertações identificadas por descritor de 2008 a 2021.

DESCRITOR	ARTIGO	DISSERTAÇÃO	TESE	TOTAL
Marcha das margaridas	01	-	01	02
Mulheres do campo	-	02	01	03
Reforma agrária	-	-	01	01
Gênero e feminismo	01	01	01	03
Violência	-	-	01	01
Resistência	01	-	-	01
Marcha de mulheres	-	-	01	01

Fonte: Elaborado pela autora 2021.

Importante destacar que o total de trabalhos apresentados foram encontrados na BDTD com 11 pesquisas e na plataforma SciElo com 1 artigo recente, enquadrados no tema da Marcha

das Margaridas, foi um total de 12 publicações, sendo 03 artigos, 3 dissertações e 6 teses. No quadro 1 apresentamos os trabalhos encontrados, seus respectivos anos de publicação e autores (as).

Quadro 1 - Trabalhos conforme ano de publicação

Título	Autor/Ano
- A marcha das margaridas: resistências e permanências	(SILVA, 2008)
- A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o velho e o novo sindicalismo rural	(FERREIRA, 2009)
- "Margaridas" em jardins sem-terra: um estudo sobre a liderança feminina na prática política do MST na Paraíba	(AGUIAR, 2015)
- Somos todas Margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político	(AGUIAR, 2015)
- Margaridas da resistência: movimento de mulheres na Paraíba (1970 a 1980)	(SILVA, 2016)
- A fábrica das sete mulheres: gênero e diversificação dos meios de vida na agricultura familiar	(KEMPF, 2017)
- Terra que brota margaridas e encerra vidas: judicialização da questão agrária e violência no campo paraibano	(RODRIGUES, 2018)
- Construções discursivas de reexistência: um estudo em análise de discurso crítica sobre marchas de mulheres no Brasil	(TOBAR ACOSTA, 2018)
- Corporificação e visões de mundo da política feminista e de mulheres na contemporaneidade : diálogos, imagens e discursos sobre marchas de mulheres (2012 – 2017)	(MARTINS, 2018)
- A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil	(MOREIRA, 2019)

- Agroecologia e a Marcha das Margaridas	(MOREIRA; TEODORO 2020)
-Movimentos sociais populares em tempos de ascensão das novas direitas: a marcha das margaridas	(TEIXEIRA, 2021)

Fonte: elaborado pela autora.

A seguir, apresentamos a análise dos trabalhos encontrados na plataforma BDTD e SciELO, realizados em pesquisas nos últimos treze anos no Brasil, conforme identificados a partir dos filtros e descritores da busca, a fim de melhor compreender o objeto de nossa pesquisa, seus desdobramentos, enfoques e contribuições.

a) Descritor - Marcha das Margaridas

A tese de Aguiar (2015), faz uma problematização da constituição de um sujeito político, partindo de uma etnografia acerca da marcha das margaridas, com um recorte temporal do ano de 2011. Descrito como uma manifestação pública que ocorre uma vez a cada quatro anos na capital federal, onde reúne mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, como consta em documentos oficiais da marcha, como agricultoras, seringueiras, pescadoras, quilombolas, quebradeiras de coco, extrativistas e ribeirinhas.

De fato, a Marcha é potencialmente transformadora em duplo sentido. Como evento político, ela apresenta um projeto de desenvolvimento, que é antes um projeto de transformação social, cuja obtenção do reconhecimento público se dá com o ritual político que ela apresenta. Por outro lado, ao ser vivenciada como experiência coletiva, ela opera transformações em relação às percepções subjetivas (AGUIAR, 2015, p. 419).

A potência transformadora colocada pela autora tem relação com a construção do sujeito político dessas mulheres. Para Aguiar, ao marchar, as mulheres se colocam no mundo, ocupam um espaço que não visualizam no dia a dia de suas vidas e se transformam, não são mais as mesmas, pois no movimento fogem da estrutura da vida cotidiana e escapam da ordem social normativa.

Para a autora cada marcha muda, assim como a concepção das mulheres que participam também mudam a visão sobre o movimento e sobre elas mesmas e suas vidas, rotinas e espaço social. Ao falar da Marcha das Margaridas, Aguiar diz: “Ela não é algo perene, engessada. Cada uma aconteceu num contexto sociocultural, político e situacional característico” (AGUIAR, 2015, p. 425).

É importante pensar essa flexibilidade retratada no estudo de Aguiar sobre a Marcha das Margaridas, um movimento que evolui com o tempo e está sempre atento às demandas dessas mulheres no tempo presente ao mesmo tempo em que conserva as características de luta e

engajamento da Marcha fundadora e seu viés de crítica social. O estudo de Teixeira (2021) faz um levantamento acerca da contribuição da Marcha das Margaridas, com um recorte entre as duas últimas marchas, nos anos de 2015 e 2019. O autor faz uma reflexão sobre a ascensão do que denomina de “novas direitas”:

Com maior ou menor clareza conceitual, o termo “novas direitas” e tem sido utilizado no Brasil em referência a fenômeno multifacetado e a grupos heterogêneos com princípios e valores conservadores diversos, mas que têm como traço comum o antipetismo (anti Partido dos Trabalhadores – PT), e que ganharam força política nacional nos últimos anos (TEIXEIRA, 2021, p. 01).

O trabalho abrange uma construção bibliográfica acerca da ascensão das novas direitas no país, partindo do ano de 2013 e as manifestações que explodiram naquele ano, uma espécie de estopim. Movimentos ultraconservadores aproveitaram o momento para articularem suas ideias e conseguir apoio, aproveitando-se do ódio implantado na sociedade sobre o partido dos trabalhadores, todo e qualquer pensamento democrático passa a ser associado ao “terror comunista” que assolava o país, segundo esses movimentos. A linha do tempo adotada no estudo chega até o momento do impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, explorando o avanço das mobilizações que faziam oposição aos ideais conservadores e, principalmente, a partir das eleições de 2018, como descreve o autor:

Diversos protestos de rua buscaram visibilizar as oposições contra as novas direitas e suas ideias políticas, entre os quais se destacam os atos contra o impeachment da Dilma Rousseff; protestos conhecidos como “Fora Temer”, iniciados logo após o impeachment e que pediam a saída do novo presidente em exercício; e as mobilizações do #EleNão, ocorridas em 29 de setembro de 2018, lideradas por mulheres e organizadas por redes sociais, principalmente no grupo “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” no Facebook (TEIXEIRA, 2021, p. 03).

A Marcha das Margaridas está presente nesse contexto, segundo o autor aponta, nas duas últimas mobilizações organizadas pelo movimento ocorreram em ocasiões cruciais da ascensão das novas direitas, pois em 2015 estava em discussão a aceitação do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e em 2019 já no atual governo de Jair Bolsonaro, as mulheres foram a rua para reafirmar sua postura de resistência e luta contra a agenda antidemocrática desse governo.

A pesquisa se destaca pela contribuição a partir de uma metodologia que reúne documentos sobre a Marcha e entrevistas com coordenadores nacionais e parceiras durante o ano de 2015, além de coleta de dados de survey, que foi realizado com ativistas durante a realização da marcha de 2019, mostrando mais uma vez a relevância do movimento e sua contribuição social, em especial para as mulheres.

b) Descritor - Resistência

O trabalho de Silva (2016) é um resgate da história das mulheres que se opuseram à opressão do latifúndio no interior do estado da Paraíba na década de 1960, em suas diferentes formas. Para o desenvolvimento da pesquisa a autora utilizou-se de um percurso de narrativas históricas sobre o objeto em questão. O período delimitado pela pesquisadora foi marcado por movimentos de revolta contra latifundiários que exploravam a população rural que dependiam exclusivamente daquele trabalho, com enfoque para as lutas de Maria da Penha do Nascimento e de suas companheiras do sindicato rural da cidade de Alagoa Grande-PB, onde lutaram até o fim contra as violências de gênero e exploração trabalhista.

A participação feminina naquele período não era comum, porém cada vez mais as mulheres entravam na linha de frente para o enfrentamento e contra a exploração trabalhista e demais violências. O interesse foi tanto, que levou as mulheres da cidade a fundarem um Movimento de combate à exploração trabalhista, como descreve Silva (2016):

Tais mulheres reivindicavam sua participação no sindicato, bem como melhorias trabalhistas para as trabalhadoras rurais. Com o intuito de conseguir tais melhorias em 1981, Maria da Penha junto com outras mulheres paraibanas criaram o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano (MMB). O movimento possuía sua coordenação própria e tinha como objetivo promover uma maior participação da mulher no movimento popular e sindical. (SILVA, 2016, p. 11)

A autora aponta nomes de grandes mulheres que realizaram mudanças em seus espaços, destacando como referência Margarida Maria Alves, líder sindical que também esteve na luta por melhores condições de trabalho para os trabalhadores rurais de Alagoa Grande, também estado da Paraíba. Margarida, a mulher imortalizada ao ser assassinada por lutar contra o monopólio da região.

Essas mulheres perceberam que juntas podiam mudar sua condição de mulher, trabalhadora, esposa, mãe, entre outros. Os movimentos do MMB e MMT/PB foram à mobilização que elas precisavam para romper com os padrões patriarcais que as impediam de mostrar sua força de lutar contra as impunidades que as cercavam. O discurso patriarcal colocava em xeque o cuidado da mulher designado para sua família, alegando que ao se envolver com questões fora do limite privado, não seria uma boa mãe ou esposa (SILVA, 2016, p. 13).

Um dos pontos mais relevantes levantados no estudo, é a falta de produção e documentos acerca desses movimentos que destacam o protagonismo de mulheres no meio rural. Mais uma vez a questão de gênero no espaço rural aparece como questão fundante das opressões sofridas pelas mulheres, em especial das mulheres das águas, do campo e das florestas. As ações dessas mulheres que estiveram presentes na luta sindical, reivindicando direitos das

trabalhadoras e dos trabalhadores são considerados símbolos de luta e resistência, sendo este o objetivo de seu trabalho, evitar que essas mulheres e toda a jornada nas quais se embrenharam não sejam esquecidas e apagadas.

c) Descritor - Marcha das mulheres

A pesquisa realizada Por Tobar (2018) parte, como relata a autora, “de uma inquietação epistemológica acerca da potência da(s) violência(s) como processo fundamental para a conformação de práticas sociais, bem como do potencial de resistência expresso por grupos minoritários em termos de poder [...] (p. 17). Tobar Acosta analisou a forma como ocorreram três diferentes marchas de mulheres no Brasil, sintetizada pela autora da seguinte forma:

A Marcha Mundial das Mulheres traz para a cena de lutas feministas a dimensão internacionalista, que permite reunir forças pelo seu enraizamento em diferentes territorialidades. A Marcha das Margaridas oferece ao mundo um conjunto de tecnologias, como o cuidado e a afetividade, que podem ser empregados para fazer política de outro modo. A Marcha das Mulheres Negras, realizando-se como marcha à vez declaratória, reivindicatória e contestatória, marca um momento significativo de construção de um lugar de fala dessas mulheres (TOBAR ACOSTA, 2018, p.17).

A autora destaca a relevância das marchas de mulheres, cujos lastros se originam em distintos processos históricos, mas que convergiram em Brasília no ano de 2015, “construindo um marco de resistência aos processos de violação que foram agudizados naquele momento pelo golpe em curso no Brasil” (TOBAR ACOSTA, 2018, p.17).

O estudo baseia-se em uma vertente latino-americana de análise de discurso crítica, cujo método de pesquisa utilizado na pesquisa é denominado pela autora como metodologia da oprimida, com a utilização de procedimentos de caráter etnográfico e etnográfico virtual. A autora compreende a Marcha das mulheres como “a luta de mulheres, ou as lutas plurais que juntas perfazem um movimento maior, acionado por diferentes atores sociais, em múltiplos locais e em distintos tempos” (TOBAR ACOSTA, p.50-51), compreendida pela realização de eventos encampados por pessoas que partilham do ideal de justiça social (TOBAR ACOSTA, 2018).

A marcha para a autora ultrapassa o ato de marchar fisicamente em um espaço público, pois “estrutura-se como metáfora que atravessa diferentes lugares sociais de mobilização e é ressignificada em práticas sociais articuladas pela luta, para a luta e na luta pelos direitos das mulheres” (TOBAR ACOSTA, 2018, p. 29).

Nesse sentido, a marcha das margaridas é compreendida por Tobar Acosta como uma forma de fazer política através da afetividade e do cuidado. Uma das contribuições importantes

do trabalho diz respeito ao texto central da marcha, a Carta das Mulheres Brasileiras na Carta da Marcha Mundial, entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso – que incluíam pautas relevantes como terra, trabalho, direitos sociais, autodeterminação e a soberania – e cuja questão central do documento trazia um diagnóstico da situação em que vivia o campo e as consequências que incidia sobre a vida das mulheres. O documento – fazia ainda uma crítica ao neoliberalismo representado por aquele governo, voltado para os interesses das empresas transnacionais e do capital financeiro – surtiu bons resultados, abertura de diálogo com o poder público, pois pela primeira vez, como enfatiza a autora, as mulheres do campo foram recebidas para discutir políticas de grande escala para o seguimento.

d) Descritor- Mulheres do campo

Dentro do espaço das mulheres do campo, temos a tese de Ferreira (2009) cujo objetivo da pesquisa foi analisar a trajetória política e educativa de Margarida Maria Alves, (1933-1983), que hoje é o símbolo da Marcha das Margaridas. O foco da pesquisa esteve em sua trajetória nos movimentos sociais, e principalmente no movimento social rural do qual fez parte durante toda sua vida adulta.

O cenário político e social da época é central para a análise da autora, já que foi um momento de rupturas entre o velho e o novo sindicalismo, como aponta a pesquisa. Assim como a ruptura de representações sociais. Para a autora, Margarida esteve em conflito com a transição daquele velho sindicalismo para o novo, essa transição foi o que gerou uma ruptura entre os velhos moldes da atuação sindical, deixando de lado a subserviência para práticas mais combativas, o que iria contra os interesses oligárquicos da região, sendo foco dos ataques do latifúndio, principalmente para aqueles que buscavam alternativas e direitos para os trabalhadores rurais.

Tinha-se um contexto marcado não só pela disputa ideológica entre “práticas clientelistas” versus práticas democráticas, emanadas pelas oligarquias e refletidas na prática sindical. A questão colocada apontaria para um “novo sindicalismo” emergente que estava relacionado com a abertura de espaço à participação das bases” (FERREIRA, 2009, p. 102)

Essa ruptura com o velho sindicalismo possibilitou uma nova abertura para a participação de mulheres em movimentos sindicais, assim como para a participação dessas mulheres em organizações de movimentos sociais. Auxiliando na percepção sobre elas mesmas para além do estabelecido pela sociedade. O trabalho utilizou-se do enfoque metodológico da História Social e da Nova História Cultural. A pesquisa se deu através de múltiplas fontes, como jornais, documentos oficiais e história oral da região.

Já Moreira (2019) em sua dissertação de mestrado, buscou analisar a influência da

marcha das margaridas para o fortalecimento de projetos voltados para as políticas agroecológicas no Brasil, tema que entrou como eixo principal das mobilizações da marcha desde o ano de 2003. Utilizando-se da epistemologia e metodologia feminista como referência. Para a pesquisa foi utilizada uma abordagem qualitativa narrativa, com análise de dados secundários e questionário semiestruturado.

Entre os anos de 2000 e 2010, o movimento de mulheres rurais no Brasil viveu um intenso processo de organização, articulação e mobilização, que tem na Marcha das Margaridas uma importante referência. Quanto à perspectiva feminista, percebe-se que esta vai amadurecendo na Marcha das Margaridas à medida em que as reivindicações das mulheres por reforma agrária, acesso à água, por saúde integral e contra a violência passam a ser compreendidas como parte de uma luta contra o patriarcado. (MOREIRA, 2019, p. 55)

A incorporação do tema da agroecologia na pauta do movimento tem sido importante, visto que a condição para o desenvolvimento da prática agroecológica como um modo de produção e de vivência, necessita de relações sociais mais justas, igualitárias entre homens e mulheres e principalmente com o meio ambiente e o campo, espaço este onde ocorre a manutenção do trabalho e subsistência humana.

O trabalho de Moreira (2019) fez um apanhado sobre a relação entre a pauta da agroecologia, a mobilização da marcha e o surgimento de políticas públicas voltadas a esse tema no Brasil, sendo o apoio do movimento fundamental, já que dá visibilidade ao tema e exerce a pressão necessária para efetivação de ações, tanto para o meio rural com a agroecologia e manejo sustentável da terra, como com as políticas sociais voltadas às mulheres do campo.

Kempf (2017) analisou as relações de gênero no espaço rural, e como as transformações econômicas influenciam na transformação das relações nos espaços públicos e privados. Utilizou-se a abordagem dos meios de vida para analisar as características que levaram às mudanças econômicas e sociais de um grupo de mulheres do campo e também da abordagem do feminismo descolonial para compreender como se dá a construção de resistências nesses espaços. Os métodos de pesquisa utilizados foram qualitativos e quantitativos de análise, com coleta de dados e estudo de caso em uma associação de mulheres, com o total de sete trabalhadoras, em uma agroindústria familiar, no estado do Paraná, no município de Pranchita. Um importante resultado do trabalho, mostra que as mulheres tinham funções essenciais para o funcionamento da agroindústria, estando à frente de atividades importantes, como trabalhadoras na produção, controle financeiro e a parte de comercialização. A atividade desenvolvida por elas foi parte relevante para o entendimento da construção de resistências dentro do meio rural e do trabalho.

e) Descritor - Violência

A tese de Rodrigues (2018) teve como objetivo analisar a relação entre monopólio territorial e o sistema de justiça, utilizando do estudo de caso do assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves. Ao longo do trabalho foi possível perceber a situação de desigualdade nos debates sobre as políticas de divisão de terras tanto na Paraíba quanto no restante do Brasil. A forma como ocorreu a divisão de terras no território nacional foi extremamente desigual, a apropriação ao longo de nossa história evidencia a violência que consolidou as relações de poder até hoje existentes na sociedade.

O poder da classe proprietária de terras é reconhecido perante as autoridades, isso gera impunidade para crimes cometidos por grupos de latifundiários aos moradores das zonas rurais, o autor denomina esse processo de monopólio territorial. Foi através do caso do assassinato de Margarida Maria Alves, que teve o caso tramitando por 18 anos na justiça sem obter resultados condenatórios para os responsáveis e mandantes do crime, foi utilizado aqui para evidenciar a tese de que há no Brasil uma justiça de classe, devido às relações econômicas desiguais que fortalecem o poder político e jurídico da classe proprietária na Paraíba.

f) Descritor- Gênero e Feminismo

A pesquisa de Silva (2008), aborda a trajetória das mulheres trabalhadoras rurais que participam da Marcha das Margaridas. A marcha trata-se de um conjunto de ações realizadas por mulheres que vivem no meio rural e não rural. Conforme apontado por Silva, é importante lembrar que a relação das mulheres da década de 80 que faziam parte do sindicato esbarravam no fato de que as pautas feministas não estavam objetivamente no centro das discussões do movimento, pois não recebiam uma abordagem direta, porém o fato de se serem mulheres ocupando posição de liderança, resistência e luta frente a exploração trabalhista no contexto de ditadura militar merece ser destaque, pois condiz com o objetivo do movimento feminista, que culminaria hoje na Marcha das Margaridas.

O movimento aborda outras pautas, para além da luta pelos direitos trabalhistas, como aqueles defendidos no início da vida sindical de Margarida. Segundo a autora as reivindicações acompanham as demandas e “ao longo do tempo, a pauta de luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista ampliou-se, agregando temas como o desenvolvimento sustentável, a justiça, a liberdade, a autonomia, a igualdade e a democracia. (SIVA, 2018, p. 96).

Já a tese de Ferreira (2015), busca identificar as estratégias utilizadas por mulheres que fazem parte do MST no estado da Paraíba, a fim de alcançar cargos de liderança no movimento e assim engrenar uma projeção política. A autora utiliza um debate histórico para abordar o

processo de emancipação feminina, que através de suas práticas passam a exercer não mais os papéis tradicionais de gênero, mas de protagonismo e liderança. A pesquisa foi de ordem qualitativa, através de documentos e observação participante. Para o levantamento de dados da pesquisa, a autora utilizou de entrevista semiestruturada e aberta sobre a atuação feminina das principais lideranças no MST.

A divisão social do trabalho está presente no desenvolvimento do trabalho, pois ao abordar questões de gênero em espaços sociais que apresentam meios de produção e trabalho as divisões tornam-se nítidas. Os espaços sociais beneficiam as atividades desenvolvidas pelo masculino, o que também ocorre no meio rural, ao abordar essas questões a autora descreve as relações que ocorrem nos núcleos familiares do campo: “As tarefas são divididas, mas geralmente as famílias seguem o padrão tradicional que segrega os espaços doméstico, exercido pelas mulheres e o público, pelos homens [...]” (FERREIRA, 2015, p. 64)

Contra a força do patriarcado, as mulheres têm lutado bravamente, conquistando certo reconhecimento e participação nas atividades rurais, fato importante que revela que o trabalho e a força feminina rompe com o espaço pessoal, estritamente da casa e do lar, mas ainda assim, “[...] seja como liderança ou não, ela parece estar fadada a dar conta dos afazeres domésticos e cuidado com a prole, além de prestar submissão e satisfação ao companheiro” (FERREIRA, 2015, p. 68).

A linha de desenvolvimento do trabalho passa pelas questões do campo, para isso uma análise sobre a constituição do MST ao longo da história foi importante para melhor compreender as práticas combativas de movimentos ligados à terra. A pesquisa aponta dados marcantes de violência do Estado com militantes do movimento. No estado da Paraíba, ocorreu dois dos maiores conflitos, s no município de Bananeiras, fazenda sapucaia em 1989 atingindo cerca de 150 famílias e no município de Mari, fazenda Tiradentes, em 1999 atingindo cerca de 250 famílias. As questões de gênero dentro do MST foram construídas paulatinamente, pouco a pouco as discussões foram tornando-se frequentes até se tornarem uma pauta fixa do movimento. Contudo, apesar deste espaço para debate dentro do movimento, as relações entre homens e mulheres no campo e no próprio movimento ainda é complexo. A participação feminina em áreas administrativas por exemplo é uma das dificuldades encontrada pelas mulheres do campo para seu avanço nas esferas administrativas do movimento.

O artigo de Moreira e Theodoro (2020) faz uma análise sobre a história de mulheres na agroecologia, estando suas lutas ressignificando o movimento. A análise segue pela Marcha das Margaridas e como o movimento conseguiu ao longo de seus 20 anos incorporar novas pautas,

ou dar a visibilidade desses assuntos já tão debatidos nos bastidores e cotidiano das mulheres que fazem parte do movimento. O objetivo foi observar a contribuição histórica das mulheres para as políticas e exercício de práticas agroecológicas ao observar as práticas da Marcha das Margaridas e a incorporação do tema em seus debates.

O lema incorporado pela marcha no ano de 2015 e citado pela autora é “Sem feminismo não há agroecologia”. A pesquisa utilizou-se de análise teórica e documental, assim como entrevistas com mulheres participantes da marcha. “O termo Agroecologia surgiu, explicitamente, nos documentos da Marcha das Margaridas, em 2003, mas passou a fazer parte de um dos seus eixos estruturadores apenas em 2007, junto ao debate de acesso à terra e à água” (MOREIRA; THEODORO, 2020, p. 03).

Martins (2018) refletiu sobre as formas de participação social e afirmação de direitos na sociedade atual, devido ao grande número de manifestações de mulheres e a forte intensificação das marchas. Foi realizada entrevista com 13 mulheres participantes de movimentos sociais. A tese teve como movimentos analisados: a Marcha das Vadias ocorrido em 2012, Marcha das Mulheres Negras realizado em 2015 e a Marcha das Margaridas em sua última marcha realizada em 2019, todos os movimentos concentraram-se em Brasília-DF, que segundo a autora revela “[...] um quadro do associativismo civil de mulheres imbricadas ao feminismo (mais ou menos a ele referenciadas) que utilizam as marchas, as manifestações de rua e os protestos públicos como formas de expressão (MARTINS, 2018. p. 55).

A pesquisa foi construída a partir do método documentário de interpretação, analisando marchas de mulheres que ocorreram de 2012 a 2017. Seu objeto de pesquisa são as marchas/manifestações de mulheres realizadas na capital do país, a fim de compreender as características e sentidos dessas ações políticas como estratégias no país. A autora conclui que a “Marcha das Margaridas é o movimento de mulheres com maior número de participantes do Brasil. Excede em muito o escopo de um protesto público pois suas ações incluem atividades formativas, de diálogo e de negociação com o Estado [...]” (MARTINS, 2018, p. 203).

A reivindicação das mulheres que participam da marcha estão centradas nas relações de trabalho e luta por direitos sociais e visibilidade para as mulheres do campo, reivindica o “reconhecimento de vulnerabilidades que se mantêm ocultas por um conjunto de sistemas de opressão. Além do sexismo e do racismo, há o latifúndio, cuja existência representa uma fundamental estrutura social de produção de desigualdades” (MARTINS, 2018, p. 2011).

Esses movimentos são importantes meios para reivindicação de mudanças sociais, conclui a autora, relacionando o fato da insurreição contra o modelo falho do sistema político contemporâneo, apontando a Marcha das Margaridas como voz das mulheres do campo na

construção através de diálogos com setores governamentais. Assim como Moreira e Theodoro (2020), Martins (2018) já haviam pontuado, a ação sobre as questões de gênero dentro da Marcha das Margaridas é ainda pequena, mesmo com a luta pelo fim de violências contra as mulheres os trabalhos de gênero e de teor teórico feminista ainda é sutil no movimento e precisa crescer. Mas nada disso pode inviabilizar a força e importância histórica do Movimento para as mulheres do campo, das águas e das florestas.

Em um contexto geral, ao abordar o tema das mulheres no meio rural, os autores citam as dificuldades centrais encontradas por elas. Como Ferreira (2015) ao abordar a situação de mulheres que procuram uma inserção em cargos de liderança dentro do MST na Paraíba, aponta como maior dificuldade o fato da divisão social do trabalho central na disparidade entre elas e os homens do grupo que encontra maior facilidade em ascender a cargos importantes. Isso leva a outras questões, como a recente abordagem do tema de gênero dentro da Marcha das Margaridas como pauta viabilizadora.

Martins (2018) ressalta a recente inserção das pautas de gênero dentro da Marcha, assim como outras temáticas que tem levantado discussões e alertas, figurando pautas obrigatórias na sociedade nos últimos anos, como a agroecologia, pesquisa de Moreira e Theodoro (2020), tema que ganhou espaço dentro da Marcha e se tornou fixa nas reivindicações. A luta e resistência exercida por mulheres do campo, das águas e das florestas é o que torna possível a conquista de ações efetivas em prol do direito a equidade e justiça social. A ascensão de ideias conservadoras, como as novas direitas, abordado por Teixeira (2021) reforça a força combativa que mulheres organizadas exercem. São as Margaridas a força das águas, do campo e das florestas.

CONCLUSÕES

Ao considerarmos o tema central do nosso objetivo de reflexão acerca do movimento Marcha das Margaridas, partimos de uma análise de tendências investigativas ocorrida nos últimos 13 anos, com trabalhos que abordassem essa temática e seus desdobramentos. Importante destacar o crescente desenvolvimento de trabalhos sobre a Marcha das Margaridas, trabalhos que se debruçam sobre seus movimentos, procurando entender e registrar a história dessas mulheres, mostrando seus muitos desafios, lutas e resistências que marcam suas trajetórias e as tornam protagonistas de suas próprias histórias.

Outro achado relevante da pesquisa é a abordagem que os pesquisadores adotam ao estudar a Marcha e a trajetória das Margaridas, fazendo relação com outros movimentos de mulheres que também estão na luta por melhores condições de trabalho, contra violências

sistêmicas em busca da valorização da mulher trabalhadora rural, mulheres resistentes, que pouco a pouco abrem brechas, espaços de lideranças, e que refletem a força do movimento e a capacidade de luta das mulheres trabalhadoras rurais. A pesquisa destaca o legado de Margarida Maria Alves, cujo nome e presença é um marco na história dos movimentos sociais, exemplo e inspiração para todas as mulheres, especialmente para as trabalhadoras rurais, elas que ainda precisam lutar por reconhecimento e condições dignas de vida e trabalho na sociedade e que se espelham em Margarida.

Lembramos que o crime que tirou a vida de Margarida Maria Alves de forma tão covarde – ação de silenciamento, muito utilizada pelos grandes latifundiários para calar e assustar quem busca por justiça e igualdade, é também um feminicídio, um peso ainda maior pelo fato de ser Margarida uma mulher que ousou ocupar um cargo de liderança e promover mudanças, conscientizando seus pares sobre a exploração a que têm sido submetidos – se mostrou infrutífero no seu objetivo de calar Margarida, pois ela renasceu e se multiplicou em milhares de Margaridas que continuam lutando e resistindo.

A pesquisa mostra que a tentativa de calar a voz de Margarida deu voz a outras Margaridas, mulheres do campo, das águas e das florestas se levantaram, estão vivas e se multiplicam na luta contra as diversas formas de opressão, tanto no espaço de trabalho formal como no espaço familiar. Movimentos como a Marcha das Margaridas têm um papel fundamental na vida das trabalhadoras, e na preservação dos espaços que elas defendem, uma luta que é parte da compreensão de suas realidades, proporciona a união de ideias e busca formas de enfrentamento e solução para os problemas enfrentados. Relevante também é a recente incorporação na pauta das Margaridas a discussão sobre as relações de gênero, como pauta fixa da Marcha, pois é necessário que tanto este movimento, como os demais coletivos de mulheres mantenham-se atentos as demandas de trabalho, saúde e combate sistemático às várias formas de violência a que as mulheres ainda, em pleno século XXI são submetidas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto,. Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político. 2015, 491 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2015

BONI, Valdete. De Agricultoras a camponesas: O movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas. Florianópolis-SC. 2012, 253 p. (tese de doutorado em Sociologia Política)- Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

CONTAG.ORG. Disponível em <[http://www.contag.org.br/indexdet.php?modulo=portal &acao=interna2 & codpag= 88 & ap=1](http://www.contag.org.br/indexdet.php?modulo=portal&acao=interna2&codpag=88&ap=1)> acesso em 10/11/2021.

Caderno 04 das margaridas. Disponível em <http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1295825600_26042019101423.pdf> acesso em 15/11/2021.

FERREIRA, Gilmara de Melo. "Margaridas" em jardins sem terra: um estudo sobre a liderança feminina na prática política do MST na Paraíba. 215. 203f. (Tese de Doutorado Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2015.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o velho e o novo sindicalismo rural. 2009. 146 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

KEMPF, Renata Borges. A fábrica das sete mulheres: gênero e diversificação dos meios de vida na agricultura familiar. 2017. 168 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2017.

MARTINS, Ana Paula Antunes. Corporificação e visões de mundo da política feminista e de mulheres na contemporaneidade: diálogos, imagens e discursos sobre marchas de mulheres (2012 – 2017). 2018. 276 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MOREIRA, Sarah Luiza de Souza; THEODORO, Suzi Huff. A Agroecologia e a Marcha das Margaridas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 15, n. 5, p. 14, dec. 2020. ISSN 1980-9735. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/23043>> Acesso em: 15 sep. 2021. doi: <https://doi.org/10.33240/rba.v15i5.23043>.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação Por Escrito*, v. 5, n. 2, p. 154-164, 13 out. 2014.

MOREIRA, Sarah Luiza de Souza. A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil. 2019. 193 f., il. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. Terra que brota margaridas e encerra vidas: Judicialização da questão agrária e violência no campo paraibano. 2018. Tese (Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN))- Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2018

SILVA, Berenice Gomes da. A marcha das margaridas: resistências e permanências. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - 2008. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, Janaina Vicente da. MARGARIDAS DA RESISTÊNCIA: MOVIMENTOS DE MULHERES NA PARAÍBA (1970 A 1980). (trabalho de conclusão de curso) Universidade Estadual da Paraíba, Departamento de História, Curso de licenciatura plena em História. Guarabira-PB, 2016.

SINDICATO RURAL DE TRABALHADORES DE ALAGOA GRANDE. violência rural e reforma agrária: um relato de Penha dirigente do STR de Lagoa Grande.

TEIXEIRA, Marco Antonio. Movimentos sociais populares em tempos de ascensão das novas direitas: a marcha das margaridas. *Dossiê*, v. 34, p. 1-17, Salvador, 2021.

TOBAR ACOSTA, María del Pilar. Construções discursivas de reexistência: um estudo em

análise de discurso crítica sobre marchas de mulheres no Brasil. 2018. 408 f., il. Tese
(Doutorado em Linguística) = Universidade de Brasília, Brasília, 2018.